

ribunda. O que se pretende ressaltar é que a questão do conflito de classes é camuflada, alijada do processo de construção de uma nova cidadania e de uma nova nação, parecendo esse processo não passar de uma grande reforma social. A discussão mantém-se no nível da equidade, da distribuição de benefícios sociais e do exercício de direitos civis, políticos ou regionais e culturais, não sendo questionada a estrutura do modo de produção capitalista, sua necessidade de organizar espacialmente tanto a produção como a distribuição de bens e serviços, bem como sua necessidade de fomentar a existência de cidadãos mutilados. É como se a cidadania fosse apenas uma questão política ou jurídica e não parte integrante de uma totalidade, que para ser alterada ou transformada radicalmente, produz vivos e arrepios em todas as dimensões da vida, seja ela política, social, econômica ou cultural.

Indiscutivelmente, entretanto, O ESPAÇO DO CIDADÃO contribui para os debates atuais acerca da cidadania, principalmente nesse momento em que a categoria CIDADANIA encontra-se num intenso processo de (re)definição conceitual, numa tentativa de se elaborar teoricamente aquilo que todos sabem intuitivamente, mas que poucos conseguem objetivar em palavras ou experienciar em suas existências cotidianas.

D'INCAO, Maria Ângela (org.). O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Co-edição Paz e Terra e Editora UNESP, 1987.

José Mendes de Oliveira(*)

Pela sua inquestionável importância para o pensamento social brasileiro, e mais especificamente para a formação das mais novas gerações de sociólogos no Brasil, Florestan Fernandes e seu trabalho foram objeto de homenagem e consideração analítica na 1ª Jornada de Ciências Sociais da UNESP (Campus de Marília) realizada de

(*) Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília.

22 a 24 de maio de 1986, congregando não só as palavras de discípulos e amigos, como é o caso particular de Fernando H. Cardoso e Antônio Cândido, como também a contribuição de estudiosos que tiveram a oportunidade de conhecer o mestre paulista através de sua obra. Esta jornada de estudos teve como uma de suas conseqüências a organização e edição de coletânea referente às colocações dos vários conferencistas presentes a estes encontros. Tal coletânea veio a público em 1987 em livro intitulado O Saber Militante: Ensaaios Sobre Florestan Fernandes, sob a organização de Maria Angela D'Incao.

Esta obra não é essencialmente biográfica, e, em verdade, a sua leitura permite perceber a intenção em agrupar considerações que abrangem desde os depoimentos mais íntimos à biografia até os aspectos concernentes à performance teórica de Florestan Fernandes. A obra divide-se, portanto, em sete módulos temáticos, incluindo a intervenção final do homenageado. A primeira parte (I. Depoimentos) concentra os testemunhos biográficos de discípulos e amigos de Florestan Fernandes, enfatizando-se as impressões de E.R. Durham, F.H. Cardoso e Antônio Cândido referentes ao convívio com o intelectual quando de sua atividade docente na Universidade de São Paulo entre os anos quarenta e sessenta. No segundo bloco (II. Sociologia e Antropologia) estão reunidos os ensaios ou colocações de O. Ianni, G. Cohn, H. Martins, D'Incao e E.A. Carvalho enfocando os aspectos teóricos referentes aos trabalhos de Florestan, especialmente no que diz respeito às influências de clássicos do pensamento sociológico e sua aplicação na construção de uma interpretação da realidade brasileira.

Este segundo módulo inicia a seqüência de textos mais significativos da obra, especialmente para o leitor que esteja objetivando tomá-la como fonte de consulta ou pesquisa, pois em relação a este propósito, o teor biográfico da primeira parte pode ser encontrado em maior complexidade no Sociologia no Brasil de autoria do próprio Florestan Fernandes. No segundo bloco é possível localizar considerações interessantes como as de Gabriel Cohn - "O Ecletismo Bem Temperado" -, onde encontramos ponderações sobre a tendência

pragmática de Florestan ao objetivar a construção de meios metodológicos para viabilizar a apreensão e controle da realidade via pensamento analítico, o que conduz o pensador a uma utilização eclética da teoria sociológica clássica (Durkheim, Weber e Marx) , sem incorrer entretanto na mera adição de elementos dissociados das teorias. Fala-se aqui de um produto tipológico que nasce na reflexão orgânica, cujos limites de explicação ou interpretação a própria realidade irá ditar no decorrer da pesquisa ou análise. Não se trata por conseguinte da atomização dos procedimentos analíticos, mas da aplicação dos elementos teóricos dentro do âmbito problemático da própria pesquisa ou da atuação do sociólogo. Une-se a teoria à condição participativa do sociólogo em sua realidade, e a teoria ou corpo conceitual adquire maior importância na medida que serve à análise na explicitação dos problemas oriundos do acesso à realidade social. Segundo Cohn, isto seria a grosso modo a subordinação da teoria à metodologia, algo que realça a concepção militante de Florestan Fernandes que não foge mas espacializa-se no próprio interstício de sua construção teórica.

A terceira parte (III. Contribuição à História Social do Brasil) reúne, de toda a obra, a maior quantidade de expositores e concentra-se basicamente na avaliação dos estudos iniciais de Fernandes sobre o folclore, os indígenas e a questão racial, ou seja, os trabalhos mais antropológicos que marcaram a fase de formação profissional do estudante e do pesquisador. Este módulo inclui textos de Elias Xidieh, J.C. Gnaccarini, Cecília Renner, Carmen Junqueira, Claude Lépine, Élide Rugai Bastos e Borges Pereira. O leitor após percorrer os vários textos poderá ter a forte impressão de uma sumarização das principais obras de Fernandes em sua primeira fase, tais como a Organização Social dos Tupinambás ou A Integração do Negro na Sociedade de Classe, ou mesmo sentir que alguns ensaios na realidade fixam-se no tema - o índio, o negro ou o folclore -, sem realizar o mais interessante que seria estabelecer a relação entre o autor e sua obra. É assim, pois, que o ensaio de Carmen Junqueira - "A Questão Indígena" -, deixa-nos a impressão de ser uma válida defesa da causa indígena que aponta a importân-

cia e a necessidade da participação do antropólogo na defesa dos direitos indígenas, mas que perde de vista o "homenageado" Florestan, o qual surge apenas em alguns momentos em termos de citação para reforçar e evidenciar a desigualdade entre indígenas e sociedade nacional, e também ao final do texto quando é situado como colaborador na manutenção da "memória" dos índios Tupi. Releva-se, portanto, a questão indígena em detrimento a uma consideração das obras do autor referentes ao tema, seja em termos teóricos ou metodológicos.

O quarto bloco de textos (IV. Universidade e Democracia) representa um dos mais interessantes conjuntos da obra, pois apresenta maior organicidade quanto às colocações, e uma avaliação mais preocupada em relacionar o autor, sua obra e os momentos históricos de suas formulações. Encontramos aí ensaios de Barbara Freitag, Carlos Guilherme Mota, Jorge Nagle e Celestino Alves Junior. A tematização orientadora encontra-se na relação entre o cientista e o político, sobressaindo-se significativamente os trabalhos de Freitag - "Democratização, universidade, revolução" - e de C.G. Mota - "O Intelectual e o Político". No ensaio de Freitag encontramos como proposta a consideração crítico-analítica da obra de Florestan Fernandes, partindo da tese de uma "ruptura epistemológica" que permite distinguir duas fases no itinerário do intelectual: uma fase acadêmico-reformista e uma fase político-revolucionária, cuja separação encontra-se na aposentadoria compulsória do intelectual motivada pelo AI-5 no ano de 1968. Sendo assim, as obras pertinentes a fase anterior a 1968 seriam obras que estariam sendo orientadas por um caráter reformista ao propor a modernização ou democratização da sociedade brasileira, rompendo com as forças retrógradas ou tradicionais (oligárquicas) para a construção de um capitalismo desenvolvido e com menores desigualdades sociais. Segundo a autora, nesta fase, "os dilemas e problemas sociais brasileiros só teriam solução dentro de uma visão que teríamos que chamar liberal-democrática" (p. 166). Seriam desta fase as obras relativas ao debate e à reflexão crítica da teoria sociológica (Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada p.e.), as análises antropológicas sobre o

indígena e o folclore (Função Social da Guerra nas Sociedades Tupi-nambás p.e.), e finalmente as obras relacionadas à realidade brasileira, mais especificamente à integração do negro e à mudança social (Integração do Negro na Sociedade de Classe p.e.). Na segunda fase, a político-revolucionária, surgem as obras cujo interesse centra-se na interpretação da sociedade brasileira em termos estruturais, entendendo-se as estruturas sociais como frutos de um "processo histórico, intimamente ligado aos padrões de dominação (econômica e política) externa, que geraram uma estrutura social e de dominação típicas para o capitalismo dependente" (p. 168). De acordo com Freitag, a partir desta fase o sociólogo de uma posição idealista-racionalista assume a postura de um histórico-materialista que passa a enfatizar o processo histórico em termos da luta de classes e situa em consequência a mudança social em decorrência à ação revolucionária dos oprimidos. O interessante nesta divisão de Barbara Freitag é que ela não só permite perceber o momento em que a influência marxista (Marx, Engels, Lenin e Gramsci) se acentua em Florestan Fernandes, como também a influência do momento histórico na realização da ruptura entre o reformista e o revolucionário. É interessante observar que Freitag não anula a antecedência da aspiração transformadora de Florestan, mas ressalta de forma significativa que o processo político brasileiro com a radicalização de um golpe militar favoreceu a ruptura definitiva, que resultou inclusive no afastamento do intelectual do meio acadêmico após o ano de 1969. O trabalho de Freitag é, portanto, no conjunto de texto do bloco IV, um trabalho que deve ser considerado pelo leitor de O Saber Militante com curiosidade e atenção, pois as suas colocações são extremamente sugestivas não só para serem debatidas, mas como vetor que aponta em direção ao entendimento do Florestan Fernandes que hoje presenciamos em sua ação político-partidária. É inclusive significativo o seu texto para, talvez, responder a pergunta que Guilherme Mota estabelece no final do artigo seguinte: Por que somente agora Florestan Fernandes ingressa em um partido? Não havia antes partidos suficientemente densos? Vê-se, portanto, que o artigo de Freitag é bastante provocante e de leitura

ra recomendável, juntamente com os demais textos do referido bloco.

O quinto módulo (V. A Revolução Burguesa no Brasil) congrega a exposição de cinco conferencistas - Paulo Roberto de Almeida, José Albertino Rodrigues, Nilo Odália, Miriam Cardoso e J. Gorender -, sobre a história e polêmica obra de Florestan Fernandes intitulada A Revolução Burguesa no Brasil. Neste conjunto, merece indicação mais acentuada a versão reduzida do ensaio de Paulo Roberto de Almeida: "O Paradigma Perdido", o qual mereceria uma publicação integral à parte. Ao contrário da maioria dos trabalhos de O Saber Militante que conservam uma perceptível cautela em avaliações a bertamente críticas à produção de Fernandes, o ensaio de Almeida principia indicando que o "defeito mais consistente do ensaio sociológico de Florestan deriva de uma indefinição quanto ao objeto mesmo do discurso" (p. 210), o que estaria evidenciado em uma imprecisão do conceito de revolução burguesa, oscilando-se entre a definição sócio-econômica e a política. Além desta imprecisão, o analista questiona a utilização de categorias sociológicas, tais como "burguês" ou "burguesia", fora de seu contexto europeu, para se entender o processo de modernização no Brasil; e mais particularmente problematiza o conceito de "burguesia autocrática" em Fernandes, concluindo que na obra deste autor "não se está mais em face de uma definição de revolução burguesa unanimemente partilhada pela comunidade sociológica, isto é, de uma conceitualização comum e geral aos estudos que recorreram anteriormente a esse conceito, mas de uma noção particular, adotada por um pesquisador individual para seu uso específico" (p. 212). Desta forma, Fernandes estaria concebendo um "modelo ideal" de revolução burguesa que compreenderia, ao lado do modelo clássico de revolução fundamentadora de um capitalismo independente e de um sistema político-democrático, um modelo periférico motivador do capitalismo dependente e da autocracia burguesa, sem contudo justificar em que sentido as duas espécies pertencem ou se inserem na mesma "família conceitual". Na acepção de Almeida, a "revolução burguesa de Florestan Fernandes apresenta-se, assim, como um paradigma perdido na fronteira do ca-

pitalismo mundial" (p. 215). A grosso modo esta é a espinha forsal das colocações deste analista, que são aprofundadas em várias questões ressaltando-se a relação entre processos econômicos e a natureza política do sistema social, onde procura-se defender o princípio de que são as relações sociais historicamente determinadas, em particular aquelas processadas entre a sociedade civil e o Estado, que determinam em última instância as formas concretas de autoridade política, e não o caráter mais ou menos avançado da modernização (econômica). Por estas e outras colocações, este trabalho constitui um texto instigante que merece cuidadosa apreciação do leitor, o que poderia inclusive ser efetuado em paralelo à leitura de A Revolução Burguesa no Brasil.

Ainda em relação ao quinto bloco, vale a pena o leitor estar atento às considerações de J. Gorender a propósito da Teoria da Dependência em seu texto "A Revolução Burguesa e os Comunistas". Aí, após comentar a importância histórica da Teoria da Dependência e apontar Florestan Fernandes como um de seus contribuidores, Gorender acrescenta que a "teoria da dependência não poderia deixar de ser ultrapassada, em vista do enfoque mecanicista e unilateral de que padece" (p. 253), isto, de acordo com seu argumento, estaria evidente na concepção de uma dinâmica econômico-política que situaria as metrópoles como polos determinantes, e as periferias como satélites passivos. Ou seja, a dinâmica interna aos países dependentes e sua repercussão nas relações externas não estariam sendo ponderadas. Gorender procura demonstrar este fato atendo-se às interpretações teóricas de Samin Amir e Gunder Frank, e nenhuma palavra encontramos a propósito dos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, o que por si só parece sugerir a perspectiva parcial de Gorender. Em verdade, o famoso e tão lindo Dependência e Desenvolvimento na América Latina (Cardoso & Faletto), sobressai-se justamente por intentar um enfoque histórico do contexto interno dos países dependentes, além de superar a longa distância a visão unilateral de Gunder Frank.

O último conjunto de textos (VI. Marxismo e Revolução) tematiza a influência marxista e a praxis revolucionária em Florestan

Fernandes através das colocações de Gérard Lebrun, Caio Toledo, Paulo Silveira e José Paulo Netto. Não obstante a importância de todos os ensaios, o texto de Caio Toledo - "Hegemonia e Poder Político" - pode ser particularmente situado em função de algumas indagações suscitadas por sua leitura. Toledo problematiza em seu ensaio as linhas básicas de conduta da "esquerda democrática", a qual, à semelhança do eurocomunismo, situa a "hegemonia" como meio essencial da dominação burguesa, o que equivale a dizer que o poder burguês se edifica na utilização de meios ideológicos e culturais. Em decorrência, para esta corrente, a mudança social se efetivaria na conquista dos aparelhos de hegemonia (Escolas, Igrejas, etc). Toledo embora admita esta conquista como parte da luta pelo socialismo, afirma a impossibilidade de ocorrer a hegemonia popular nas circunstâncias de um Estado burguês dominante, o que corresponde a dizer que a luta pela hegemonia não constitui a revolução, mas sim, apenas passagem para a derrocada da ordem capitalista que exige o confronto aberto entre as classes para a superação final e definitiva do Estado burguês. Torna-se mais conveniente, portanto, a postura que une a "estratégia de posição" (conquista da hegemonia) com a "estratégia de movimento" (mobilização socialista das massas). De acordo com a perspectiva de Caio Toledo, Florestan é um combatente da visão reformista da "esquerda democrática", a qual sem o movimento totalizador da revolução estaria ainda sujeita às armadilhas do Estado representativo burguês. Assim, ele vê em Florestan um intelectual militante que postula a via democrática com a luta de classes, ou um engajado na causa revolucionária, mas não alcança em sua análise as respostas para algumas indagações que brotam no espírito do leitor: Não seria reformista a atuação de constituinte de Florestan? E como fica sua posição revolucionária enquanto político engajado no sistema de um Estado representativo de estilo burguês? Onde se situa a sua "estratégia de movimento"? Seria efetivada através do partido? Em caso positivo, quais as possibilidades e os limites de uma "estratégia de movimento" em termos partidários? Ficam, pois, estas questões.

Esta é, em suma, a panorâmica de O Saber Militante, restando

apenas indicar que em sua intervenção final Florestan Fernandes, além dos agradecimentos de praxe, elabora duas críticas à Jornada de Estudos que poderiam muito bem servir a esta obra dela resultante. A primeira refere-se ao pequeno espaço reservado à crítica, o que foi interpretado pelo próprio Florestan como uma intenção de "ajuda a recuperar o equilíbrio" abalado com sua expulsão da Universidade no período da ditadura militar. A segunda diz respeito à ausência de diálogo. Textualmente ele situa as seguintes palavras: "Como tudo quanto começa, esta jornada não podia ser perfeita. Ela foi maciça demais, foi concentrada demais, pôs muita gente a falar e ficou faltando o espaço para que a pessoa, que foi objeto de análise, pudesse travar um diálogo com os colegas e ficou faltando o espaço para aqueles que quisessem, de uma maneira normal, regular, participar da discussão" (p. 312).

Isto de certa forma reflete sobre a obra enquanto consequência imediata. Não obstante a coerência quanto a uma orientação temática mais abrangente que perpassa todo o livro, ou seja, a análise do intelectual atuante e sua obra, os blocos de temas específicos poderiam conter o produto do debate entre os interlocutores, pois o isolamento dos ensaios em alguns blocos deixam a desejar quanto à organicidade e maior aproveitamento por parte do leitor. Entretanto, isto não invalida ou prejudica o valor e importância do trabalho, especialmente para o enriquecimento de nosso parco acervo sobre a história do pensamento social brasileiro. Não querendo reduzi-la à condição de mera cronologia, O Saber Militante vem unir-se aos grandes esforços em recuperar a reflexão sobre o itinerário de nossos intelectuais e suas obras. E nada é mais conveniente para os avanços científicos que a constante avaliação dos produtos de uma ciência pelos que a praticam. A leitura de O Saber Militante é, por conseguinte, útil não só ao dileitante da Sociologia Brasileira, mas a todo e qualquer cientista social que se preocupa por sua formação e pelo destino de sua ciência.